



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000326525

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1051140-28.2022.8.26.0053, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes ALICE BRAZ RODRIGUES e LINCOLN GUIMARÃES DE MOURA, são apelados DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - DER e DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 13ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores RICARDO ANAFE (Presidente) E BORELLI THOMAZ.

São Paulo, 2 de abril de 2025.

DJALMA LOFRANO FILHO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Voto nº 27846

Apelação Cível nº 1051140-28.2022.8.26.0053

Comarca: São Paulo

Apelante(s): Alice Braz Rodrigues e Lincoln Guimarães de Moura

Apelado(a)(s): Departamento de Estradas de Rodagem

Juiz Sentenciante: Dr.(a) Evandro Carlos de Oliveira

RELATOR: DJALMA LOFRANO FILHO

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. RECUSA A PROCEDIMENTO PARA AFERIÇÃO DE INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL OU SUBSTÂNCIA PSICOATIVA. ART. 165-A do CTB. INOCORRÊNCIA. CONDUTOR QUE REALIZOU EXAME DE SANGUE, COM RESULTADO NEGATIVO. Pretensão dos impetrantes à anulação do auto de infração de trânsito, visando ao licenciamento e transferência de titularidade do veículo. Ordem denegada na origem. Inconformismo. Cabimento. Hipótese na qual não houve recusa do condutor a se submeter a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa. Condutor que concordou em realizar o exame de sangue, cujo resultado foi negativo para a ingestão de álcool. Inocorrência, portanto, da infração descrita no art. 165-A do CTB. Aplicação do Tema 1079 do STF. Reconhecida a violação ao direito líquido e certo dos impetrantes. Sentença reformada para conceder a segurança e anular o respectivo Auto de Infração, reconhecido o direito da parte autora ao licenciamento e transferência do veículo, sem o pagamento da multa correlata e se não existirem outras pendências. Recurso provido.

Vistos.

Trata-se de recurso de apelação interposto nos autos do mandado de segurança impetrado por Alice Braz Rodrigues e Lincoln Guimarães de Moura, respectivamente, proprietária e condutor do veículo Chevrolet Passat LS, placa DCW-1532, ano 1979, contra ato do Coordenador do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (DETRAN/SP) e ato do Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/SP).

Na sentença de fls. 168/175, foi denegada a segurança que visava anular o AI - 1X8131523, referente à infração do art. 165-A do Código de Trânsito Brasileiro, extinguindo-se, em consequência, a multa aplicada, no valor de R\$ 3.306,23, permitindo, ainda que a autoridade indicada como coatora proceda à emissão da licença anual do veículo, bem como sua transferência, sem a exigência do pagamento da referida multa. Custas na forma da lei, sem condenação em honorários advocatícios, porque não cabíveis na espécie (Súmulas 512 do STF e 105 do STJ).

Inconformados, os impetrantes recorreram da sentença, buscando sua reforma, com os seguintes argumentos: a) estão colacionados aos autos todos os documentos necessários à comprovação da violação ao direito líquido e certo dos impetrantes; b) a multa por recusa a submeter-se ao bafômetro deve ser anulada, já que o condutor realizou exame de sangue e o resultado para álcool deu negativo; c) foi juntada a prova de que o veículo estava estacionado (fls.19/20), o auto de infração pela recusa ao bafômetro com o local da infração errado (fls.21/22), o laudo do exame toxicológico realizado pelo IML conforme requisição feita pelo Delegado de Polícia (fls.28/30), o boletim de ocorrência complementar (fls.35/37) e o arquivamento pelo Ministério Público (fls.39/41); d) inobservância ao art. 277 do CTB e resolução 432/13 CONTRAN; e) o condutor se submeteu a realizar exame de sangue previsto na resolução do CONTRAN 432/13, atendendo ao disposto no artigo 165-A do CTB, ficando comprovado que não havia ingerido bebida alcoólica; f) o condutor não estava dirigindo o veículo quando foi abordado, sendo arbitrária a exigência de submissão a exame no etilômetro, bem como arbitrária a multa aplicada; g) consta no próprio boletim de ocorrência que o condutor não se recusou a realizar o bafômetro, tanto que realizou exame de sangue e anexou o laudo nestes autos, comprovando tanto a sua realização quanto a ausência de álcool em seu sangue; h) postula a

anulação da multa com a consequente regularização do veículo (fls. 189/196).

O recurso foi respondido a fls. 207/213.

O Ministério Público manifestou-se sem interesse na lide (fls. 164/167).

É o relatório.

Cuida-se de mandado de segurança impetrado por Alice Braz Rodrigues e Lincoln Guimarães de Moura, respectivamente, proprietária e condutor do veículo Chevrolet Passat LS, placa DCW-1532, ano 1979, contra ato do Coordenador do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (DETRAN/SP) e do Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/SP) voltada à anulação do auto de infração e imposição de multa de trânsito nº 1X813152-3, permitindo, assim, o licenciamento anual do veículo, bem como sua transferência, sem a exigência do pagamento da multa no valor de R\$ 3.306,23 (três mil trezentos e seis reais e vinte e três centavos).

Inicialmente, registre-se que a parte impetrante teve ciência do indeferimento do recurso administrativo apresentado ao CETRAN aos 10 de maio de 2022 (fls. 27), de modo que, a impetração apresentada aos 29 de agosto de 2022 se revela tempestiva, porque inserta dentro do prazo decadencial de 120 dias prescrito pelo artigo 23 da Lei 12.016/2009, que assim preceitua: *“O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado”*.

No mais, cumpre salientar a legitimidade passiva das autoridades apontadas como coatoras, que se faz presente pela observância dos

pedidos formulados, quais sejam: a anulação da multa que foi lavrada por policial militar rodoviário, de modo a ensejar a prestação de informações pelo Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP, ou seu preposto, bem como o pedido de licenciamento do automóvel, competindo ao Coordenador do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - DETRAN/SP, ou quem lhe faça as vezes, responder pelo ato hostilizado.

Daí porque está correto o polo passivo da presente impetração, com as duas autoridades coatoras apontadas na inicial.

Assentada a tempestividade e legitimidade passiva desse “writ”, observa-se que não há reexame necessário, o recurso é tempestivo e deve ser recebido no efeito devolutivo, de acordo com as regras dos §§ 1º e 3º do artigo 14 da Lei nº 12.016/2009.

Para a melhor compreensão da solução apresentada ao caso em apreço, mister uma breve digressão dos fatos.

Explicam os recorrentes que:

“(...) no dia 27/12/2019 às 08:15h o segundo recorrente, ora “condutor”, estava com seu veículo estacionado (conforme auto de infração por estacionar em local proibido) no bairro de Maresias, quando foi abordado pela Polícia Militar Rodoviária. Conforme é possível verificar no boletim de ocorrência em anexo (fls.31/34), após multar o veículo, os policiais verificaram que o “condutor” atravessou a rua e seguiu seu percurso a pé, ocasião em que retornaram e realizaram abordagem no pedestre, realizando busca pessoal em desconformidade com o artigo 244 do Código Penal, bem como conforme costa no depoimento da testemunha: “deram uma

chacoalhada” em Lincoln e lhe ameaçaram dar uma “pranchada na cara”, restando evidente e caracterizado abuso de autoridade. Logo em seguida, fizeram o “condutor” retornar ao seu veículo e realizaram busca no veículo, sendo que nada foi encontrado. Finalmente levaram o segundo recorrente, que dirigiu o seu veículo, ao bairro de Boiçucanga e lá o conduziram para o 2ª DP onde foi lavrado BO por crime de desobediência - sabiamente arquivado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo nos termos da manifestação do parquet: “(...) É o relato do necessário. É caso de arquivamento. Os elementos colhidos na fase policial não possibilitam a instauração de eventual ação penal, pois não restaram demonstrados todos os elementos necessários à configuração do tipo. Não ficou demonstrado, com suficiente clareza, que o investigado não teria obedecido à ordem dada pelos policiais militares, sendo que sequer é extraído dos autos qual foi a ordem dada que supostamente teria sido descumprida.(...)” .

Já no 2ª DP de Boiçucanga, enquanto o recorrente aguardava ser ouvido pelo Delegado de Polícia, o Policial Militar Rodoviário surgiu com o equipamento de bafômetro, sendo que o recorrente na presença de sua advogada se prontificou a fazê-lo, entretanto exigiu a presença da autoridade policial – Delegado de Polícia. Nesta ocasião o Policial Militar Rodoviário lavrou a multa pela suposta recusa.

O Delegado de Polícia, ciente de todo o ocorrido fez a requisição de IML para aferição de dosagem alcoólica por exame de sangue, que foi prontamente realizado, conforme laudo do IML em anexo, que atestou o resultado NEGATIVO

(...)”

*Como cediço, conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física e jurídica sofrer violação, ou houver justo receio de sofrê-la, por parte da*

autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça (art. 1º da Lei Federal nº 12.016/2009).

Na lição de Hely Lopes Meirelles, *“Direito líquido e certo é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração. Por outras palavras, o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa, se sua extensão ainda não tiver sido delimitada, se seu exercício depender de situações ou fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais”* (Meirelles, Hely Lopes. Mandado de Segurança e Ações Constitucionais. 35ª edição. São Paulo: Ed. Malheiros, 2013, p. 37).

Na hipótese em apreço, os elementos de informação que instruem os autos apontam a ilegalidade no ato praticado pela autoridade administrativa, como se verá a seguir.

De início, cumpre registrar que já foi reconhecida a legalidade de se condicionar o licenciamento e a transferência à quitação dos débitos veiculares, dada a importância da taxa de licenciamento para a segurança do trânsito, que importa para toda sociedade.

Nesse ponto, cai bem a transcrição da Súmula nº 127 do Superior Tribunal de Justiça, que assim enuncia: *“É ilegal condicionar a renovação da licença de veículo ao pagamento de multa, da qual o infrator não foi notificado.”*

Como se vê, não há qualquer ilegalidade ao condicionamento do licenciamento do veículo e posterior transferência em caso de pendência de débitos veiculares, quando a parte tenha sido regular e comprovadamente notificada.

Como bem observado pelo ilustre magistrado de primeiro grau:

“(...) Não procede a alegação de que a exigência do pagamento de multas para o licenciamento do veículo seria inconstitucional. Sobre tal matéria já se pronunciou o STF, no julgamento da ADI 2998, na qual, ao analisar o supratranscrito §2º do artigo 131 do CTB, entendeu por julgar improcedente a ação, concluindo, portanto, pela sua plena constitucionalidade, nos termos do artigo 24 da Lei nº 9.868/99, o qual prevê:

Art. 24. Proclamada a constitucionalidade, julgar-se-á improcedente a ação direta ou procedente eventual ação declaratória; e, proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á procedente a ação direta ou improcedente eventual ação declaratória.”

Cumpra registrar, de outra parte, que o licenciamento de veículo constitui taxa imposta para a manutenção da segurança pública, voltada à fiscalização dos veículos relativamente às normas de segurança para trânsito na via pública, a fim de evitar que seus usuários se exponham a perigos e riscos que possam ser previamente previstos e evitados. É, portanto, procedimento de polícia administrativa, daí porque a legalidade da exigência de quitação dos débitos veiculares para sua regularização e circulação.

No caso em apreço, observa-se que a parte foi regularmente notificada, tendo exercido seu direito de defesa, aliás, com

interposição de recurso administrativo, como demonstra o documento juntado a fl. 25 desses autos, no qual consta o resumo das autuações e penalidades cadastradas referentes ao Renavam do veículo pertencente à autora.

Como se vê, os impetrantes exerceram plenamente seus meios de defesa, em observância ao devido processo legal, constitucionalmente assegurado e, nesse ponto, está ausente qualquer mácula no ato administrativo.

No entanto, assiste razão aos impetrantes, ora recorrentes, no que se refere à ilegalidade do Auto de Infração nº 1X813152-3, referente ao art. 165-A do CTB, advindo da recusa em se submeter aos testes de alcoolemia, em especial, no caso, o bafômetro.

Sobre a questão em debate, o Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Tema 1.079, definiu a seguinte tese jurídica: *“Não viola a Constituição a previsão legal de imposição das sanções administrativas ao condutor de veículo automotor que se recuse à realização dos testes, exames clínicos ou perícias voltadas a aferir a influência de álcool ou outra substância psicoativa (art. 165-A e art. 277, §§ 2º e 3º, todos do Código de Trânsito Brasileiro, na redação dada pela Lei 13.281/2016)”*.

Na referida decisão, o STF firmou o entendimento de que a submissão ao teste de alcoolemia, previsto no art. 277 do Código de Trânsito Brasileiro, não viola o princípio constitucional da não autoincriminação, previsto no artigo 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal., também conhecido como *"nemo tenetur se detegere"*, e que garante ao indivíduo o direito de não ser obrigado a produzir provas contra si mesmo.

No caso em exame, contudo, **não houve recusa do impetrante Lincoln Guimarães de Moura, condutor do veículo, em se submeter ao teste de alcoolemia**, razão pela qual não há como reconhecer a legalidade de sua autuação pelo art. 165-A do CTB, como se verá a seguir.

De acordo com os relatos apresentados pelas partes envolvidas, oriundos do Boletim de Ocorrência juntado a fls. 31/34, o autor estacionou o veículo em local proibido e atravessou a pé a rua, ocasião em que foi advertido pelos policiais, que passavam pelo mesmo local.

No entanto, o automóvel não foi reposicionado, motivo pelo qual os agentes públicos lavraram o auto pela infração prevista no art. 181, VIII, do Código de Trânsito Brasileiro (AI nº 1H 3383233 - fls. 19/20).

Ocorre que o autor, não se conformando com a atitude dos policiais, reclamou da autuação, dando início a uma acalorada discussão.

No referido Boletim de Ocorrência (fls. 31/34), de acordo com a versão dos policiais militares, o condutor os advertiu que sua esposa era promotora de justiça e teve conduta agressiva, razão pela qual decidiram ofertar-lhe a medição de alcoolemia, por meio do etilômetro.

O autor, por seu turno, sustentou que os policiais é que tiveram conduta agressiva e o ameaçaram com uma “pranchada” na cabeça, razão pela qual decidiu que faria o teste do bafômetro apenas na presença de um Delegado de Polícia, por entender que, em face do entrevero que se seguiu, poderia ser prejudicado pelos agentes da autoridade. Na ocasião, o autor também mencionou que não havia ingerido bebidas alcoólicas.

Na sequência, os policiais militares conduziram o motorista à Delegacia de Polícia para averiguar eventual crime de desobediência (art. 330 do Código Penal). Na repartição policial, **Lincoln concordou em se submeter à coleta de sangue para o teste de alcoolemia.**

O resultado do exame de sangue foi negativo, confirmando-se a versão do autor de que não ingerira bebidas alcoólicas (laudo de fls. 28/30).

No âmbito criminal, a Promotora de Justiça da Comarca de São Sebastião promoveu o arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência, entendendo que *“não ficou demonstrado, com suficiente clareza, que o investigado não teria obedecido à ordem dada pelos policiais militares, sendo que sequer é extraído dos autos qual foi a ordem dada que supostamente teria sido descumprida”*. Considerou, ainda, que *“as versões apresentadas pelas partes envolvidas são contraditórias e não há outra prova a subsidiar a ocorrência do delito”*. O arquivamento foi homologado pela autoridade judiciária (fls. 39/42).

Diante deste contexto fático, **não é possível manter a lavratura da infração do art. 165-A do Código de Trânsito Brasileiro,** referente à recusa de se submeter ao teste de alcoolemia, porque, conquanto num primeiro momento, tenha o condutor exigido a presença de outra autoridade pública, **não houve, de fato, verdadeira recusa.**

Tanto é verdade o asseverado que o autor, posteriormente, tão logo chegou à Delegacia de Polícia, submeteu-se prontamente ao exame de sangue, que, aliás, é mais invasivo e preciso que o bafômetro.

Em face destas circunstâncias, não se pode considerar apenas o ato praticado pelo autor no momento da tumultuada abordagem, uma vez que, por escolha dos próprios agentes públicos, a ação policial se protraiu no tempo, porque Lincoln foi conduzido à Delegacia, para averiguar crime de desobediência, que, ao final, não se confirmou, ficando cabalmente demonstrado nos presentes autos, pela documentação juntada com a inicial, **que ele não se recusou a realizar os exames para aferição de ingestão de álcool.**

Em síntese, conquanto plenamente regular a exigência de quitação dos débitos veiculares para a obtenção do licenciamento e transferência de veículo, reconhece-se a violação do direito líquido e certo dos impetrantes quanto à imputação da multa por recusa a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa, já que não foi praticada, no caso em exame, a infração descrita no artigo 165-A do Código de Trânsito Brasileiro, introduzido pela Lei nº 13.281/2016.

Com tais considerações, reforma-se a sentença, concedendo-se a segurança para anular o AI - 1X8131523, referente à infração prevista no art. art. 165-A do CTB, permitindo, em consequência, o licenciamento e a transferência do veículo sem o recolhimento da multa correlata, e se não incidir mais nenhuma pendência sobre o veículo em questão.

Diante do exposto, dá-se provimento à apelação, para os fins acima especificados.

DJALMA LOFRANO FILHO
Relator